

Exercício do Direito de Petição

**Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto,
com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março
Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho e Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto¹**

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 52.º, 164.º, alínea *d*), 168.º, alínea *b*), e 169.º, n.º 3, da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I Disposições gerais

Artigo 1.º Âmbito²

1 - A presente lei regula e garante o exercício do direito de petição, para defesa dos direitos dos cidadãos, da Constituição, das leis ou do interesse geral, mediante a apresentação aos órgãos de soberania, ou a quaisquer autoridades públicas, com excepção dos tribunais, de petições, representações, reclamações ou queixas.

2 - São regulados por legislação especial:

- a*) A impugnação dos actos administrativos, através de reclamação ou de recursos hierárquicos;
- b*) O direito de queixa ao Provedor de Justiça e à Entidade Reguladora para a Comunicação Social;³
- c*) O direito de petição das organizações de moradores perante as autarquias locais;
- d*) O direito de petição colectiva dos militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo.

Artigo 2.º Definições

1 - Entende-se por petição, em geral, a apresentação de um pedido ou de uma proposta, a um órgão de soberania ou a qualquer autoridade pública, no sentido de que tome, adopte ou proponha determinadas medidas.

2 - Entende-se por representação a exposição destinada a manifestar opinião contrária da perfilhada por qualquer entidade, ou a chamar a atenção de uma autoridade pública relativamente a certa situação ou acto, com vista à sua revisão ou à ponderação dos seus efeitos.

¹ Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto *em consequência da aprovação da presente lei, são reenumerados os artigos da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 6/93, de 1 de Março, e 15/2003, de 4 de Junho, e demais correcções materiais.* Assim sendo, não se assinalaram, nomeadamente, as mudanças de tempos verbais ou de singular para plural. De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo e diploma a Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (*exercício do direito de petição*), com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 6/93, de 1 de Março, e 15/2003, de 4 de Junho, e pela presente lei, é republicada.

² Redacção dada pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Epígrafe originária: *Âmbito da presente lei.*

³ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Redacção originária: *O direito de queixa ao Provedor de Justiça e à Alta Autoridade para a Comunicação Social.*

3 - Entende-se por reclamação a impugnação de um acto perante o órgão, funcionário ou agente que o praticou, ou perante o seu superior hierárquico.

4 - Entende-se por queixa a denúncia de qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade, bem como do funcionamento anómalo de qualquer serviço, com vista à adopção de medidas contra os responsáveis.

5 - As petições, representações, reclamações e queixas dizem-se colectivas quando apresentadas por um conjunto de pessoas através de um único instrumento e em nome colectivo quando apresentadas por uma pessoa colectiva em representação dos respectivos membros.

6 - Sempre que, nesta lei, se empregue unicamente o termo «petição», entende-se que o mesmo se aplica a todas as modalidades referidas no presente artigo.

Artigo 3.º

Cumulação

O direito de petição é cumulável com outros meios de defesa de direitos e interesses previstos na Constituição e na lei e não pode ser limitado ou restringido no seu exercício por qualquer órgão de soberania ou por qualquer autoridade pública.

Artigo 4.º

Titularidade

1 - O direito de petição, enquanto instrumento de participação política democrática, pertence aos cidadãos portugueses, sem prejuízo de igual capacidade jurídica para cidadãos de outros Estados, que a reconheçam, aos portugueses, em condições de igualdade e reciprocidade, nomeadamente no âmbito da União Europeia e no da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.⁴

2 - Os estrangeiros e os apátridas que residam em Portugal gozam sempre do direito de petição para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos.⁵

3 - O direito de petição é exercido individual ou colectivamente.

4 - Gozam igualmente do direito de petição quaisquer pessoas colectivas legalmente constituídas.

Artigo 5.º

Universalidade e gratuidade

A apresentação de petições constitui direito universal e gratuito e não pode, em caso algum, dar lugar ao pagamento de quaisquer impostos ou taxas.

⁴ Redacção dada pela Lei n.º45/2007, de 24 de Agosto. Redacção originária: *O direito de petição, enquanto instrumento de participação política democrática, e exclusivo dos cidadãos portugueses.*

⁵ Redacção dada pela Lei n.º45/2007, de 24 de Agosto. Redacção originária: *Os estrangeiros e os apátridas que residam em Portugal gozam do direito de petição para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos.*

Artigo 6.º

Liberdade de petição

1 - Nenhuma entidade, pública ou privada, pode proibir, ou por qualquer forma impedir ou dificultar, o exercício do direito de petição, designadamente na livre recolha de assinaturas e na prática dos demais actos necessários.⁶

2 - O disposto no número anterior não prejudica a faculdade de verificação, completa ou por amostragem, da autenticidade das assinaturas e da identificação dos subscritores.⁷

3 - Os peticionários devem indicar o nome completo e o número do bilhete de identidade ou, não sendo portador deste, qualquer outro documento de identificação válido.⁸

Artigo 7.º

Garantias

1 - Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado ou privado de qualquer direito em virtude do exercício do direito de petição.

2 - O disposto no número anterior não exclui a responsabilidade criminal, disciplinar ou civil do peticionário se do seu exercício resultar ofensa ilegítima de interesse legalmente protegido.

Artigo 8.º

Dever de exame e de comunicação

1 - O exercício do direito de petição obriga a entidade destinatária a receber e examinar as petições, representações, reclamações ou queixas, bem como a comunicar as decisões que forem tomadas.

2 - O erro na qualificação da modalidade do direito de petição, de entre as que se referem no artigo 2.º, não justifica a recusa da sua apreciação pela entidade destinatária.

3 - Os peticionários indicam um único endereço para efeito das comunicações previstas na presente lei.⁹

4 - Quando o direito de petição for exercido colectivamente, as comunicações e notificações, efectuadas nos termos do número anterior, consideram-se válidas quanto à totalidade dos peticionários.¹⁰

CAPÍTULO II

Forma e tramitação

Artigo 9.º

Forma

1 - O exercício do direito de petição não está sujeito a qualquer forma ou a processo específico.

⁶ Corresponde, sem alterações, ao corpo do artigo 6.º da redacção originária. Com a Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto transitou para a actual posição.

⁷ Aditado pela Lei n.º45/2007, de 24 de Agosto.

⁸ Aditado pela Lei n.º45/2007, de 24 de Agosto.

⁹ Aditado pela Lei n.º45/2007, de 24 de Agosto.

¹⁰ Aditado pela Lei n.º45/2007, de 24 de Agosto.

2 - A petição, a representação, a reclamação e a queixa devem, porém, ser reduzidas a escrito, podendo ser em linguagem braille, e devidamente assinadas pelos titulares, ou por outrem a seu rogo, se aqueles não souberem ou não puderem assinar.¹¹

3 - O direito de petição pode ser exercido por via postal ou através de telégrafo, telex, telefax, correio electrónico e outros meios de telecomunicação.¹²

4 - Os órgãos de soberania, de governo próprio das Regiões Autónomas e das autarquias locais, bem como os departamentos da Administração Pública onde ocorra a entrega de instrumentos do exercício do direito de petição, organizam sistemas de recepção electrónica de petições.¹³

5 - A entidade destinatária convida o peticionário a completar o escrito apresentado quando:¹⁴

- a) Aquele não se mostre correctamente identificado e não contenha menção do seu domicílio;
- b) O texto seja ininteligível ou não especifique o objecto de petição.

6 - Para os efeitos do número anterior, a entidade destinatária fixa um prazo não superior a 20 dias, com a advertência de que o não suprimento das deficiências apontadas determina o arquivamento liminar da petição.¹⁵

7 - Em caso de petição colectiva, ou em nome colectivo, é suficiente a identificação completa de um dos signatários.¹⁶

Artigo 10.º

Apresentação em território nacional

1 - As petições devem, em regra, ser apresentadas nos serviços das entidades a quem são dirigidas.

2 - As petições dirigidas a órgãos centrais de entidades públicas podem ser apresentadas nos serviços dos respectivos órgãos locais, quando os interessados residam na respectiva área ou nela se encontrem.

3 - Quando sejam dirigidas a órgãos da Administração Pública que não disponham de serviços nas áreas do distrito ou do município de residência do interessado ou interessados ou onde eles se encontrem, as petições podem ser entregues na secretaria do governo civil do distrito respectivo.

¹¹ Redacção dada pela Lei n.º45/2007, de 24 de Agosto. Redacção originária: *A petição, a representação, a reclamação e a queixa devem, porém, ser reduzidas a escrito devidamente assinado pelos titulares, ou por outrem a seu rogo, se aqueles não souberem ou não puderem assinar.*

¹² Redacção dada pela Lei n.º45/2007, de 24 de Agosto. Redacção originária: *O direito de petição pode ser exercido por via postal ou através de telégrafo, telex, telefax e outros meios de telecomunicação.*

¹³ Aditado pela Lei n.º15/2003, de 4 de Junho.

¹⁴ Corresponde, sem alterações, ao n.º 4 do artigo 9.º da redacção originária. Com a Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho transitou para a actual posição.

¹⁵ Corresponde, sem alterações, ao n.º 5 do artigo 9.º da redacção originária. Com a Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho transitou para a actual posição.

¹⁶ Corresponde, sem alterações, ao n.º 6 do artigo 9.º da redacção originária. Com a Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho transitou para a actual posição.

4 - As petições apresentadas nos termos dos números anteriores são remetidas, pelo registo do correio, aos órgãos a quem sejam dirigidas no prazo de vinte e quatro horas após a sua entrega, com a indicação da data desta.

Artigo 11.º

Apresentação no estrangeiro

1 - As petições podem também ser apresentadas nos serviços das representações diplomáticas e consulares portuguesas no país em que se encontrem ou residam os interessados.

2 - As representações diplomáticas ou consulares remeterão os requerimentos às entidades a quem sejam dirigidas, nos termos fixados no n.º 4 do artigo anterior.

Artigo 12.º

Indeferimento liminar

1 - A petição é liminarmente indeferida quando for manifesto que:

- a) A pretensão deduzida é ilegal;
- b) Visa a reapreciação de decisões dos tribunais, ou de actos administrativos insusceptíveis de recurso;
- c) Visa a reapreciação, pela mesma entidade, de casos já anteriormente apreciados na sequência do exercício do direito de petição, salvo se forem invocados ou tiverem ocorrido novos elementos de apreciação.

2 - A petição é ainda liminarmente indeferida se:

- a) For apresentada a coberto de anonimato e do seu exame não for possível a identificação da pessoa ou pessoas de quem provém;
- b) Carecer de qualquer fundamento.

Artigo 13.º

Tramitação

1 - A entidade que recebe a petição, se não ocorrer indeferimento liminar referido no artigo anterior, decide sobre o seu conteúdo, com a máxima brevidade compatível com a complexidade do assunto nela versado.

2 - Se a mesma entidade se julgar incompetente para conhecer da matéria que é objecto da petição, remete-a à entidade para o efeito competente, informando do facto o autor da petição.

3 - Para ajuizar sobre os fundamentos invocados, a entidade competente pode proceder às averiguações que se mostrem necessárias e, conforme os casos, tomar as providências adequadas à satisfação da pretensão ou arquivar o processo.

Artigo 14.º¹⁷

Controlo informático e divulgação da tramitação

Os órgãos de soberania, de governo próprio das Regiões Autónomas e das autarquias locais, bem como os departamentos da Administração Pública onde ocorra a entrega de instrumentos do exercício do direito de petição, organizarão sistemas de controlo informático de petições, bem como de divulgação das providências tomadas, nos respectivos sítios da Internet.

¹⁷ Aditado como artigo 13.º-A-pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho e renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 945/2007, de 24 de Agosto.

Artigo 15.º¹⁸

Enquadramento orgânico

Sem prejuízo do disposto em especial para a Assembleia da República, os órgãos de soberania, do governo próprio das Regiões Autónomas e das autarquias locais, bem como os departamentos da Administração Pública onde seja mais frequente a entrega de instrumentos do exercício do direito de petição, organizarão esquemas adequados de recepção, tratamento e decisão das petições recebidas.

Artigo 16.º¹⁹

Desistência

1 - O peticionário pode, a todo o tempo, desistir da petição, mediante requerimento escrito apresentado perante a entidade que recebeu a petição ou perante aquela que a esteja a examinar.

2 - Quando sejam vários os peticionários, o requerimento deve ser assinado por todos eles.

3 - A entidade competente para o exame da petição decide se deve aceitar o requerimento, declarar finda a petição e proceder ao seu arquivamento ou se, dada a matéria objecto da mesma, se justifica o seu prosseguimento para defesa do interesse público.

CAPÍTULO III

Petições dirigidas à Assembleia da República

Artigo 17.º²⁰

Tramitação das petições dirigidas à Assembleia da República²¹

1 - As petições dirigidas à Assembleia da República são endereçadas ao Presidente da Assembleia da República e apreciadas pelas comissões competentes em razão da matéria ou por comissão especialmente constituída para o efeito, que poderá ouvir aquelas, e pelo Plenário, nos casos previstos no artigo 24.º²²

2 - O registo e numeração das petições é feito pelos serviços competentes.²³

¹⁸ Corresponde, sem alterações, ao artigo 14.º da redacção originária, tendo sido renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

¹⁹ Aditado como artigo 14.º-A pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto e renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

²⁰ Corresponde ao n.º 15 da redacção originária, tendo sido renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. A redacção originária incluía um n.º 2 no artigo 15.º que foi revogado pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março, com a seguinte redacção: *A Comissão de Petições pode ouvir as comissões competentes em razão da matéria.* A Lei n.º 6/93, de 1 de Março incluía um n.º 2 no artigo 15.º que foi revogado pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto com a seguinte redacção: *A composição e o funcionamento da comissão ou comissões referidas no número anterior constam do Regimento da Assembleia da República.*

²¹ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Epígrafe originária: *Tramitação.*

²² Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Corresponde ao n.º 1 do artigo 15.º da redacção originária: *As petições dirigidas à Assembleia da República são endereçadas ao Presidente e apreciadas pela comissão especialmente constituída para o efeito.* Corresponde ao n.º 1 do artigo 15.º redacção da Lei n.º 6/93, de 1 de Março: *As petições dirigidas à Assembleia da República são endereçadas ao Presidente da Assembleia da República e apreciadas pelas comissões competentes em razão da matéria ou por comissão especialmente constituída para o efeito, que poderá ouvir aquelas.*

²³ Aditado como n.º 2 do artigo 15.º pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

3 - Recebida a petição, a comissão parlamentar competente toma conhecimento do objecto da mesma, delibera sobre a sua admissão, com base na nota de admissibilidade elaborada pelos serviços parlamentares, nomeia o Deputado relator e aprecia, nomeadamente:²⁴

a) Se ocorre alguma das causas legalmente previstas que determinem o seu indeferimento liminar;²⁵

b) Se foram observados os requisitos de forma mencionados no artigo 9.º;²⁶

c) As entidades às quais devem ser imediatamente solicitadas informações.²⁷

4 - O peticionário é imediatamente notificado da deliberação a que se refere o número anterior.²⁸

5 - O Presidente da Assembleia da República, por iniciativa própria ou a solicitação de qualquer comissão parlamentar, pode determinar a junção de petições num único processo de tramitação, sempre que se verifique manifesta identidade de objecto e pretensão.²⁹

6 - A comissão parlamentar competente deve apreciar e deliberar sobre as petições no prazo de 60 dias a contar da data da sua admissão.³⁰

7 - Se ocorrer o caso previsto no n.º 5 do artigo 9.º, o prazo estabelecido no número anterior só começa a correr na data em que se mostrem supridas as deficiências verificadas.³¹

8 - Findo o exame da petição, é elaborado um relatório final, que deverá ser enviado ao Presidente da Assembleia da República, contendo as providências julgadas adequadas, nos termos do artigo 19.º³²

²⁴ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Aditado como n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 6/93, de 1 de Março com a seguinte redacção: *Recebida a petição, a comissão competente procede ao seu exame para verificar (...).*

²⁵ Aditado como alínea a) do n.º 3 do artigo 15.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março.

²⁶ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Aditado como alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março com a seguinte redacção: *Se foram observados os requisitos mencionados nos n.ºs 2 e 4 do artigo 9.º*

²⁷ Aditado como alínea c) do n.º 3 do artigo 15.º pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Parte da origem deste artigo pode ser encontrada no n.º 3 do artigo 15.º da redacção originária: *As comissões podem ouvir os peticionantes, solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos e requerer informações e documentos a outros órgãos de soberania ou a quaisquer serviços públicos e privados, sem prejuízo do disposto na lei sobre sigilo profissional ou segredo de Estado.*

²⁸ Aditado como n.º 4 do artigo 15.º pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

²⁹ Aditado como n.º 5 do artigo 15.º pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

³⁰ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Parte da origem deste artigo pode ser encontrada no n.º 5 do artigo 15.º da redacção originária: *Os prazos para apreciação de petições e sua prorrogação, a composição e o funcionamento da Comissão de Petições e respectivos poderes e deveres constam do Regimento da Assembleia da República.* Redacção do n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 6/93, de 1 de Março: *A comissão competente deve apreciar as petições no prazo prorrogável de 60 dias a contar da data da reunião a que se refere o número anterior.* Redacção do n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho: *A comissão competente deve apreciar as petições no prazo de 60 dias a contar da data da reunião a que se refere o número anterior.*

³¹ Aditado como n.º 5 do artigo 15.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Parte da origem deste artigo pode ser encontrada no n.º 5 do artigo 15.º da redacção originária: *Os prazos para apreciação de petições e sua prorrogação, a composição e o funcionamento da Comissão de Petições e respectivos poderes e deveres constam do Regimento da Assembleia da República.*

³² Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Corresponde, com alterações, ao n.º 4 do artigo 15.º da redacção originária: *Findo o exame da petição, é elaborado relatório, devendo a Comissão de Petições enviar o relatório final ao Presidente da Assembleia da República, com proposta de providências*

Artigo 18.º³³

Registo informático

1 - Por forma a assegurar a gestão e publicitação adequadas das petições que lhe sejam remetidas, a Assembleia da República organiza e mantém actualizado um sistema de registo informático da recepção e tramitação de petições.³⁴

2 - O sistema faculta informação completa sobre os dados constantes das petições apresentadas, incluindo o seu texto integral e informação sobre cada uma das fases da sua tramitação, devendo centralizar os dados disponíveis em todos os serviços envolvidos.³⁵

3 - O sistema faculta um modelo, de preenchimento simples, para envio e recepção de petições pela Internet.³⁶

4 - Qualquer cidadão que goze de legitimidade nos termos do artigo 4.º pode tornar-se peticionário por adesão a uma petição pendente, num prazo de 30 dias a contar da data da sua admissão, mediante comunicação escrita à comissão parlamentar competente em que declare aceitar os termos e a pretensão expressa na petição, indicando os elementos de identificação referidos no artigo 6.º³⁷

5 - A adesão conta para todos os efeitos legais e deve ser comunicada aos peticionários originários.³⁸

Artigo 19.º³⁹

Efeitos

1 - Do exame das petições e dos respectivos elementos de instrução feito pela comissão pode, nomeadamente, resultar:⁴⁰

a) A sua apreciação pelo Plenário da Assembleia da República, nos termos do artigo 24.º;⁴¹

b) A sua remessa, por cópia, à entidade competente em razão da matéria para a sua apreciação e para a eventual tomada de decisão que no caso lhe caiba;⁴²

que julgue adequadas, se for caso disso. Corresponde, com alterações, ao n.º 6 do artigo 15.º da Lei n.º 6/93, de 1 de Março: *Findo o exame da petição, é elaborado um relatório final, que deverá ser enviado ao Presidente da Assembleia da República com a proposta das providências que julgue adequadas, se for caso disso.*

³³ Aditado como artigo 15.º-A pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho, incluindo apenas os actuais n.ºs 1 e 2, e renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

³⁴ Aditado como n.º 1 do artigo 15.º-A pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho.

³⁵ Aditado como n.º 2 do artigo 15.º-A pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho.

³⁶ Aditado como n.º 3 do artigo 15.º-A pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

³⁷ Aditado como n.º 4 do artigo 15.º-A pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

³⁸ Aditado como n.º 5 do artigo 15.º-A pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

³⁹ Corresponde, com alterações, ao artigo 16.º da redacção originária, tendo sido renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. A redacção originária incluía uma alínea *i)* no n.º 1 do artigo 16.º que foi revogada pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março, com a seguinte redacção: *A sua remessa à Alta Autoridade contra a Corrupção, quando se trate de matérias incluídas na competência desta.*

⁴⁰ Redacção dada pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Corresponde ao n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária: *Da apreciação das petições e respectivos elementos de instrução pela Comissão de Petições pode, nomeadamente, resultar (...).*

⁴¹ Corresponde, sem alterações, à alínea *a)* do n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária.

⁴² Corresponde, sem alterações, à alínea *b)* do n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária.

- c) A elaboração, para ulterior subscrição por qualquer Deputado ou grupo parlamentar, da medida legislativa que se mostre justificada;⁴³
- d) O conhecimento dado ao ministro competente em razão da matéria, através do Primeiro-Ministro, para eventual medida legislativa ou administrativa;⁴⁴
- e) O conhecimento dado, pelas vias legais, a qualquer outra autoridade competente em razão da matéria na perspectiva de ser tomada qualquer medida conducente à solução do problema suscitado;⁴⁵
- f) A remessa ao Procurador-Geral da República, no pressuposto da existência de indícios para o exercício de acção penal;⁴⁶
- g) A sua remessa à Polícia Judiciária, no pressuposto da existência de indícios que justifiquem uma investigação policial;⁴⁷
- h) A sua remessa ao Provedor de Justiça, para os efeitos do disposto no artigo 23.º da Constituição;
- i) A iniciativa de inquérito parlamentar;⁴⁸
- j) A informação ao peticionário de direitos que revele desconhecer, de vias que eventualmente possa seguir ou de atitudes que eventualmente possa tomar para obter o reconhecimento de um direito, a protecção de um interesse ou a reparação de um prejuízo;⁴⁹
- l) O esclarecimento dos peticionários, ou do público em geral, sobre qualquer acto do Estado e demais entidades públicas relativo à gestão dos assuntos públicos que a petição tenha colocado em causa ou em dúvida;⁵⁰
- m) O seu arquivamento, com conhecimento ao peticionário ou peticionários.⁵¹

2 - As diligências previstas nas alíneas b), d), e), f), g), h), j) e l) do número anterior são efectuadas pelo Presidente da Assembleia da República, a solicitação e sob proposta da comissão.⁵²

⁴³ Corresponde, sem alterações, à alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária.

⁴⁴ Corresponde, sem alterações, à alínea d) do n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária.

⁴⁵ Redacção dada pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Corresponde, com alterações, à alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária: *O conhecimento dado, pelas vias legais, a qualquer outra autoridade competente em razão da matéria, na perspectiva de ser tomada qualquer medida normativa ou administrativa.*

⁴⁶ Redacção dada pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Corresponde, com alterações, à alínea f) do n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária: *A remessa ao procurador-geral da República, na perspectiva da existência de indícios bastantes para o exercício da acção penal.*

⁴⁷ Redacção dada pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Corresponde, com alterações, à alínea g) do n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária: *A sua remessa à Polícia Judiciária, na perspectiva da existência de indícios justificativos de investigação policial.*

⁴⁸ Redacção dada pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Corresponde, com alterações, à alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária: *A iniciativa de inquérito parlamentar, quando este se revele justificado.*

⁴⁹ Corresponde, sem alterações, à alínea l) do n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária.

⁵⁰ Corresponde, sem alterações, à alínea m) do n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária.

⁵¹ Corresponde, sem alterações, à alínea n) do n.º 1 do artigo 16.º da redacção originária.

⁵² Redacção dada pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Corresponde, com alterações, ao n.º 2 do artigo 16.º da redacção originária. Redacção originária: *As diligências previstas nas alíneas b), d), e), f), g), h), i), l) e m) são efectuadas pelo Presidente da Assembleia da República, a solicitação e sob proposta da Comissão de Petições.*

Artigo 20.º⁵³

Poderes da comissão

1 - A comissão parlamentar, durante o exame e instrução, pode ouvir os peticionários, solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos e requerer e obter informações e documentos de outros órgãos de soberania ou de quaisquer entidades públicas ou privadas, sem prejuízo do disposto na lei sobre segredo de Estado, segredo de justiça ou sigilo profissional, podendo solicitar à Administração Pública as diligências que se mostrem necessárias.⁵⁴

2 - A comissão parlamentar pode deliberar ouvir em audição o responsável pelo serviço da Administração visado na petição.⁵⁵

3 - Após exame da questão suscitada pelo peticionário, a comissão poderá solicitar, sob proposta do relator, que as entidades competentes tomem posição sobre a matéria.⁵⁶

4 - O cumprimento do solicitado pela comissão parlamentar, nos termos do presente artigo, tem prioridade sobre quaisquer outros serviços da Administração Pública, devendo ser efectuado no prazo máximo de 20 dias.⁵⁷

5 - As solicitações previstas neste artigo devem referir a presente lei e transcrever o número anterior, bem como o artigo 23.º⁵⁸

Artigo 21.º⁵⁹

Audição dos peticionários

1 - A audição dos peticionários, durante o exame e instrução, é obrigatória, perante a comissão parlamentar, ou delegação desta, sempre que a petição seja subscrita por mais de 1000 cidadãos.⁶⁰

⁵³ Aditado pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março como artigo 17.º, tendo sido renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. A Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho incluía um n.º 2 que foi revogado pela Lei n.º 45/2007, de 14 de Agosto com a seguinte redacção: *A audição dos peticionantes é obrigatória sempre que a petição seja subscrita por mais de 2000 cidadãos.*

⁵⁴ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 14 de Agosto. Aditado como n.º 1 do artigo 17.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março com a seguinte redacção: *A comissão pode ouvir os peticionantes, solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos e requerer e obter informações e documentos de outros órgãos de soberania ou de quaisquer entidades públicas ou privadas, sem prejuízo do disposto na lei sobre segredo de Estado, segredo de justiça ou sigilo profissional, podendo solicitar à Administração Pública as diligências que se mostrem necessárias.*

⁵⁵ Aditado como n.º 2 do artigo 17.º pela Lei n.º 45/2007, de 14 de Agosto.

⁵⁶ Aditado como n.º 2 do artigo 17.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Consagrado, sem alterações, como n.º 3 do artigo 17.º pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho.

⁵⁷ Aditado como n.º 3 do artigo 17.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março com a seguinte redacção: *O cumprimento do solicitado tem prioridade sobre quaisquer outros serviços da Administração Pública, devendo ser efectuado no prazo máximo de 20 dias.* Consagrado, sem alterações, como n.º 4 do artigo 17.º pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho mantendo a mesma redacção.

⁵⁸ Aditado pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março como n.º 4 do artigo 17.º com a seguinte redacção: *As solicitações previstas neste artigo devem referir a presente lei e transcrever o número anterior, bem como o artigo 19.* Consagrado, sem alterações, como n.º 5 do artigo 17.º pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho mantendo a mesma redacção.

⁵⁹ Aditado pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto como artigo 17.º-A e renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

⁶⁰ Aditado como n.º 1 do artigo 17.º-A pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

2 - A audição pode ainda ser decidida pela comissão parlamentar, por razões de mérito, devidamente fundamentadas, tendo em conta, em especial, o âmbito dos interesses em causa, a sua importância social, económica ou cultural e a gravidade da situação objecto da petição.⁶¹

3 - O disposto nos números anteriores não prejudica as diligências que o relator entenda fazer para obtenção de esclarecimento e preparação do relatório, incluindo junto dos peticionários.⁶²

Artigo 22.º⁶³

Diligência conciliadora

1 - Concluídos os procedimentos previstos nos artigos 20.º e 21.º, a comissão parlamentar pode ainda realizar uma diligência conciliadora, desde que esta seja devidamente justificada.⁶⁴

2 - Havendo diligência conciliadora, o presidente da comissão convidará a entidade em causa no sentido de poder corrigir a situação ou reparar os efeitos que deram origem à petição.⁶⁵

Artigo 23.º⁶⁶

Sanções

1 - A falta de comparência injustificada, a recusa de depoimento ou o não cumprimento das diligências previstas no n.º 1 do artigo 20.º constituem crime de desobediência, sem prejuízo do procedimento disciplinar que no caso couber.⁶⁷

2 - A falta de comparência injustificada por parte dos peticionários pode ter como consequência o arquivamento do respectivo processo, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º, não lhes sendo aplicado o previsto no número anterior.⁶⁸

Artigo 24.º⁶⁹

Apreciação pelo Plenário

1 - As petições são apreciadas em Plenário sempre que se verifique uma das condições seguintes:⁷⁰

a) Sejam subscritas por mais de 4000 cidadãos;⁷¹

⁶¹ Aditado como n.º 2 do artigo 17.º-A pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

⁶² Aditado como n.º 3 do artigo 17.º-A pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

⁶³ Aditado como artigo 18.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março e renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

⁶⁴ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto que procedeu à republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto. Aditado como n.º 1 do artigo 18.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março, com a seguinte redacção: *Concluídos os procedimentos previstos no artigo 17.º, a comissão pode ainda realizar uma diligência conciliadora, desde que esta seja devidamente justificada.*

⁶⁵ Aditado como n.º 2 do artigo 18.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março.

⁶⁶ Aditado pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março como artigo 19.º e renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

⁶⁷ Aditado como n.º 1 do artigo 19.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março.

⁶⁸ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 1 de Março. Aditado como n.º 2 do artigo 19.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março, com a seguinte redacção: *A falta de comparência injustificada por parte dos peticionantes poderá ter como consequência o arquivamento do respectivo processo, não lhes sendo aplicado o previsto no número anterior.*

⁶⁹ Corresponde ao artigo 18.º da redacção originária tendo sido renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

⁷⁰ Redacção da Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Redacção originária do n.º 1 do artigo 18.º: *São apreciadas pelo Plenário as petições colectivamente apresentadas à Assembleia da República, subscritas por um número mínimo de 1000 assinaturas e que tenham sido admitidas pelas comissões.* Foi renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

b) Seja elaborado relatório e parecer favorável à sua apreciação em Plenário, devidamente fundamentado, tendo em conta, em especial, o âmbito dos interesses em causa, a sua importância social, económica ou cultural e a gravidade da situação objecto de petição.⁷²

2 - As petições que, nos termos do número anterior, estejam em condições de ser apreciadas pelo Plenário são enviadas ao Presidente da Assembleia da República, para agendamento, acompanhadas dos relatórios devidamente fundamentados e dos elementos instrutórios, se os houver.⁷³

3 - As petições são agendadas para Plenário no prazo máximo de 30 dias após o seu envio ao Presidente da Assembleia da República, nos termos do número anterior.⁷⁴

4 - A matéria constante da petição não é submetida a votação, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.⁷⁵

5 - A comissão competente pode apresentar, juntamente com o relatório, um projecto de resolução, o qual é debatido e votado aquando da apreciação da petição pelo Plenário.⁷⁶

6 - Com base na petição, pode igualmente qualquer Deputado apresentar uma iniciativa, a qual, se requerido pelo Deputado apresentante, é debatida e votada nos termos referidos no número anterior.⁷⁷

7 - Se a iniciativa a que se refere o número anterior vier a ser agendada para momento diferente, a petição é avocada a Plenário para apreciação conjunta.⁷⁸

8 - Sempre que for agendado debate em Plenário cuja matéria seja idêntica a petição pendente, que reúna as condições estabelecidas no n.º 1, será esta igualmente avocada, desde que o peticionário manifeste o seu acordo.⁷⁹

9 - Do que se passar é dado conhecimento ao primeiro signatário da petição, a quem é enviado um exemplar do número do *Diário da Assembleia da República* em que se mostre reproduzido

⁷¹ V. nota anterior.

⁷² Aditada como alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março.

⁷³ Redacção dada pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Redacção originária do n.º 2 do artigo 18.º: *As petições são enviadas ao Presidente, para agendamento, acompanhadas do relatório e dos elementos instrutórios, se os houver.*

⁷⁴ Aditado como n.º 3 do artigo 20.º pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho.

⁷⁵ Redacção dada pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho. Redacção originária do n.º 3 do artigo 18.º: *A matéria constante da petição não é submetida a votação, mas, com base na mesma, qualquer deputado ou grupo parlamentar pode exercer o direito de iniciativa, nos termos regimentais, caso em que a mesma será apreciada nos termos do n.º 2. Redacção do n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 6/93, de 1 de Março: *A matéria constante da petição não é submetida à votação, mas, com base na mesma, qualquer Deputado ou grupo parlamentar pode exercer o direito de iniciativa, nos termos regimentais, e, aquando da apreciação desta, será avocada a petição.**

⁷⁶ Aditado como n.º 5 do artigo 20.º pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho.

⁷⁷ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Aditado como n.º 6 do artigo 20.º pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho, com a seguinte redacção: *Com base na petição, pode igualmente qualquer Deputado tomar uma iniciativa, a qual, se requerido pelo Deputado apresentante, é debatida e votada nos termos referidos no número anterior.*

⁷⁸ Aditado como n.º 7 do artigo 20.º pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho.

⁷⁹ Aditado como n.º 8 do artigo 20.º pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

o debate, a eventual apresentação de qualquer proposta com ele conexas e o resultado da respectiva votação.⁸⁰

Artigo 25.º⁸¹

Não caducidade

As petições não apreciadas na legislatura em que foram apresentadas não carecem de ser renovadas na legislatura seguinte.

Artigo 26.º⁸²

Publicação

1 - São publicadas na íntegra no *Diário da Assembleia da República* as petições.⁸³

a) Assinadas por um mínimo de 1000 cidadãos;⁸⁴

b) Que o Presidente da Assembleia da República mandar publicar em conformidade com a deliberação da comissão.⁸⁵

2 - São igualmente publicados os relatórios relativos às petições referidas no número anterior.⁸⁶

3 - O Plenário será informado do sentido essencial das petições recebidas e das medidas sobre elas tomadas pelo menos duas vezes por sessão legislativa.⁸⁷

⁸⁰ Corresponde, sem alterações, ao n.º 4 do artigo 18.º da redacção originária, n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 6/93, de 1 de Março e ao n.º 8 do artigo 20.º da Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho, tendo transitado pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto para a actual posição.

⁸¹ Aditado como artigo 20.º-A pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho e renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

⁸² Corresponde, sem alterações, ao artigo 17.º da redacção original, passando, sem alterações a artigo 21.º pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março, tendo sido renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

⁸³ Redacção dada pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho. Redacção originária do n.º 1 do artigo 17.º: *São publicadas na íntegra as petições (...)*.

⁸⁴ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Corresponde, com alterações, à alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º da redacção originária: *Assinadas por um mínimo de 1000 cidadãos*; à alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 6/93, de 1 de Março: *Assinadas por um mínimo de 2500 cidadãos*, e à alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º da redacção da Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho: *Assinadas por um mínimo de 2000 cidadãos*.

⁸⁵ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Corresponde, com alterações, à alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º da redacção originária: *Que O Presidente da Assembleia da República, sob proposta da Comissão de Petições, entender que devem ser publicadas*; e à alínea b) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 6/93, de 1 de Março: *As que o Presidente da Assembleia da República, sob proposta da comissão, entender que devem ser publicadas*.

⁸⁶ Redacção dada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto. Corresponde ao n.º 2 do artigo 17.º da redacção originária: *São igualmente publicados os relatórios da Comissão de Petições relativos às petições referidas no n.º 1 ou que o Presidente da Assembleia da República, sob proposta daquela, entenda que devem ser publicados*. Corresponde ao n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 6/93, de 1 de Março: *São igualmente publicados os relatórios relativos às petições referidas no número anterior ou que o Presidente da Assembleia da República, sob proposta da comissão, entenda que devem ser publicados*.

⁸⁷ Redacção da Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Corresponde ao n.º 4 do artigo 17.º da redacção originária: *Semestralmente, a Comissão de Petições relatará ao Plenário o sentido essencial das petições recebidas e das medidas sobre elas tomadas*.

Artigo 27.º⁸⁸

Controlo de resultado

1 - Por iniciativa dos petiçãoários ou de qualquer Deputado, a comissão parlamentar, a todo o tempo, pode deliberar averiguar o estado de evolução ou os resultados das providências desencadeadas em virtude da apreciação da petição.

2 - O relatório que sobre o caso for aprovado pode determinar novas diligências e será, em qualquer caso, dado a conhecer ao petiçãoário e divulgado na Internet.

CAPÍTULO IV

Disposição final

Artigo 28.º⁸⁹

Regulamentação complementar

No âmbito das respectivas competências constitucionais, os órgãos e autoridades abrangidos pela presente lei devem elaborar normas e outras medidas tendentes ao seu eficaz cumprimento.

⁸⁸ Aditado como n.º 21.º -A pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto e renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

⁸⁹ Corresponde ao artigo 19.º da redacção originária e ao artigo 22.º da Lei n.º 6/93, de 1 de Março. Foi renumerado pela republicação da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto efectuada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.